



Proposição: REQ - REQUERIMENTO
Número: 002178/2022

APROVADO
Em: 16/02/2022

Juraci Scheffer
PRESIDENTE

Senhor Presidente.

Senhoras Vereadoras.

Senhores Vereadores.

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que seja convocada para o mês de março uma Audiência Pública para discutirmos sobre políticas públicas para mulheres e os desafios das políticas de proteção à mulher em Juiz de Fora, com o tema "Políticas públicas para mulheres: os desafios das políticas de proteção à mulher em Juiz de Fora".

A desigualdade de gênero atinge as mulheres de diversas formas, inclusive institucionalmente, impactando até mesmo o ambiente de trabalho e remuneração. Uma pesquisa publicada no ano passado pelos economistas Beatriz Caroline Ribeiro, Bruno Kawaoka Komatsu e Naercio Menezes Filho, do Insper, comparou a remuneração de trabalhadores segundo gênero, raça, escolaridade e tipo de instituição de ensino frequentada (público ou privada). Um homem branco que concluiu o ensino superior em instituição pública teve média salarial de R\$ 7.891,78 entre 2016 e 2019, contra R\$ 4.739,64 no caso de mulheres brancas na mesma situação, R\$ 4.750,58 de homens pretos e pardos e R\$ 3.047,01 de mulheres pretas e pardas. Apesar de mais instruídas, as mulheres ocupavam 37,4% dos cargos gerenciais e recebiam 77,7% do rendimento dos homens.

Em 2021, IBGE divulgou o relatório "Estatística de Gênero" onde aponta que o nível de ocupação das mulheres de 25 a 49 anos, que vivem com crianças de até 3 anos de idade, foi de 54,6% e o dos homens foi de 89,2%. Ao falar sobre as mulheres negras com crianças de até 3 anos de idade em casa, a pesquisa indica que elas apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7%. A desigualdade permanece ainda entre as mulheres brancas e negras sem crianças, em que os percentuais de ocupação foram 63,0%, entre mulheres pretas e pardas, e 72,8% entre brancas. Em relação ao trabalho de cuidado de pessoas ou afazeres domésticos, as mulheres dedicam quase o dobro de tempo que os homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais.

Outro dado que chama atenção, é o número de cargos políticos ocupados por mulheres no país. Em 2020, as mulheres eram 14,8% dos deputados federais, a menor proporção da América do Sul e a 142ª posição de um ranking com dados para 190 países. No processo eleitoral de 2018, 32,2% das candidaturas para o cargo de deputado federal foram de mulheres. Entre as candidaturas que contaram com receita superior a R\$1 milhão, apenas 18,0% foram femininas.

Quando trazemos as questões para nossa cidade, também nos deparamos com outro fator que exige atenção: a violência doméstica. De março a dezembro de 2020, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Juiz de Fora solicitou à Justiça cerca de 986 ações restritivas, um aumento de quase 20% se comparado ao mesmo período anterior, segundo dados da Polícia Civil. Além disso, entre 2019 e 2021, foram gastos pelo Governo Federal apenas 1/3 do valor destinado às medidas de proteção e segurança das mulheres, o impactou diretamente em projetos como Casa da

Mulher e outras ações de combate à violência de gênero.
(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/08/bolsonaro-nao-usou-um-terco-dos-recursos-aprovados-para-politicas-para-mulheres-desde-2019.shtml>)

Sabemos que a violência de gênero também é uma pandemia silenciosa e que gera cada vez mais casos de agressões, feminicídio, problemas de saúde mental, desemprego e opressões. E por isso, torna-se cada vez mais necessário debatermos as políticas públicas de proteção para as mulheres em Juiz de Fora. Para isso, convocamos essa Audiência Pública.



Requeremos, ainda, sejam convocados os seguintes representantes Fernanda Moura - Casa da Mulher de Juiz de Fora, Wanessa Barbosa - Coordenação de Mulheres da Prefeitura de Juiz de Fora, - Marilda Simeão - Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial (Compir), Fórum Feminista 8M, Clea Rita Moraes Moreira - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coletivo Maria Maria, Associação de Travestis, Transgêneros e Transexuais de Juiz de Fora (Astra), para que compareçam ao Plenário desta Casa Legislativa a fim de prestarem esclarecimentos acerca da matéria em questão, colaborando na efetiva discussão em prol do Município de Juiz de Fora.

- Fernanda Moura - coordenadora da Casa da Mulher de Juiz de Fora. Av. Garibaldi Campinhos, 169, Vitorino Braga, Juiz de Fora.
- Wanessa Barbosa - Coordenação de Mulheres da Prefeitura de Juiz de Fora. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, Av. Brasil, 2001, Centro, Juiz de Fora.
- Marilda Simeão - Conselho Municipal da Promoção de Igualdade Racial (Compir). R. Halfeld, 450 - 7º Andar - Centro, Juiz de Fora.
- Fórum Feminista 8M. R. Abílio Gomes, 464, Francisco Bernardino, Juiz de Fora.
- Clea Rita Moraes Moreira - Central Única dos Trabalhadores (CUT). R. Helena Teixeira de Carvalho 8_ Novo Horizonte, Juiz de Fora.
- Coletivo Maria Maria. R. São Mateus, 905/apto 402, Juiz de Fora.
- Associação de Travestis, Transgêneros e Transexuais de Juiz de Fora (Astra). Estrada da Represa n -10, Jóquei-clubes III, Juiz de Fora.

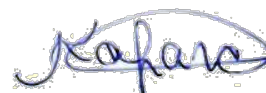
Palácio Barbosa Lima, 16 de fevereiro de 2022.



Tallia Sobral Nunes
Vereadora Tallia Sobral - PSOL



Laiz Perrut Marendino
Vereadora Laiz Perrut - PT



Kátia Aparecida Franco
Vereadora Kátia Franco Protetora
- PSC